

É muito grave o que aconteceu. Quando vemos um senador da República, que teria, em tese, a obrigação de fazer que as coisas aconteçam de forma ética, de forma a mostrar lisura nos processos de votação do Senado Federal, vemos um diálogo daquela monta, daquela natureza, entre o ministro Gilmar Mendes, fazendo um grande acordo, um acórdão, para que aqueles interesses do senador Aécio Neves fossem capitalizados. É uma vergonha essa situação no País.

Outra situação bastante grave, e se eu for ficando falando aqui de todas essas interceptações vazadas, e que estão aos montes nas redes sociais, chegaremos também a uma, em que o senador Aécio Neves diz que ele precisa ...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Marcia Lia, vamos preservar o tempo de V. Exa., de nove minutos. Temos cinco minutos para encerrar a sessão, e tenho um requerimento de prorrogação da sessão, formulado pelo nobre deputado Campos Machado, solicitando uma hora de prorrogação, e que preciso colocar em votação.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, a bancada do PT solicita uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *
- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, qual foi o deputado que pediu a verificação de votação?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Marcia Lia, em nome da liderança da Minoria.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero esclarecer que nossa posição é contrária à prorrogação. Fomos surpreendidos pelo pedido da deputada Marcia Lia, enquanto estávamos conversando, porque foi feito um entendimento que excluiu a liderança do Governo de qualquer tipo de participação. Foi feito um procedimento contrário ao que havia sido combinado.

O que foi combinado no Colégio de Líderes - e V. Exa. se lembra bem - era que iríamos votar o Projeto 875 na sessão ordinária. É verdade que o PT não se comprometeu com esse ponto. Após isso, seria convocada a sessão extraordinária para continuarmos a discussão. Porém, não houve entendimento de espécie alguma com o líder do Governo.

Faço questão de registrar que fui consultado por vários deputados, vários líderes. Eu disse que não. Eu disse que até havia disposição de não discutir pelas 2 horas e meia que faltam para o Projeto 806. Disse que poderíamos discutir um número menor de horas. Eu disse até que não se lutaria para votar o projeto nessa semana.

Quero deixar bem clara essa posição da liderança do Governo, e fazer um apelo para que essa prorrogação não ocorra, e façamos o que foi combinado no Colégio de Líderes.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Quero registrar, deputado Barros Munhoz, que esta Presidência tem um requerimento e precisa colocá-lo em votação.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Vim esclarecer que no Colégio de Líderes deixamos bem evidenciada a posição do Bloco, que era favorável à inversão da pauta. O Projeto 875 é extremamente relevante, principalmente para aquela população do Vale do Ribeira. É um projeto nobre da Casa. O que estava em questão, era a inversão de ordem e votação na Ordem do Dia. Nós nos comprometemos a fazer isso. Quanto à sessão extraordinária que foi convocada para o Projeto 806, deixamos claro que não havia acordo. Poderíamos avançar e conversar, mas deixamos claro que não havia acordo. Deixamos claro, também, que hoje poderíamos avançar e votarmos o Projeto 875. É essa a colocação que quero deixar registrada, de forma muito clara, Sr. Presidente.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de retirar o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A Presidência registra a manifestação de Vossa Excelência. Está retirado o pedido de verificação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *
- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, solicito que, caso o líder do Governo concorde, seja usada uma hora e meia entre hoje e amanhã para discutir o Projeto 806.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PPS está em obstrução. Porém, voto sim.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PPS.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução. Porém, voto sim.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. JOÃO CARAMAZZINI - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSDB.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PRB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PRB.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, houve um entendimento entre os líderes no sentido de darmos por discutido o Projeto no 806 por uma hora e meia. Na semana que vem, discutiremos a outra hora que vai faltar e, sem compromisso do PT de dar quórum, nós colocaremos, após esgotada a hora que falta, o projeto em votação na terça-feira, na Ordem do Dia. Feito esse acordo, retiro o pedido de verificação de votação, para que a sessão se prorrogue e o Projeto no 875 possa ser votado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto se existe esse acordo entre todos os líderes presentes no plenário? Então, o pedido de V. Exa. é regimental. Está retirado o pedido de verificação e fica aprovada a prorrogação. Continua em discussão o projeto.

Continua com a palavra a nobre deputada Marcia Lia. A SRA. MARCIA LIA - PT - Retomo, aqui, o Projeto no 875, que dispõe sobre a regularização de posses em terras devolutas na região de Registro e Itapeva, e dá outras providências. Como eu disse anteriormente, temos acordo quanto à votação desse projeto de lei, porque ele atende a interesses de pequenos agricultores, de pessoas que estão, há muitos anos, na posse daquelas terras, e precisam da regularização.

Mas eu fazia uma discussão sobre o que está acontecendo no nosso país em relação aos vazamentos, que são bastante importantes, porque vão mostrando a sociedade brasileira o que está acontecendo no bojo do nosso sistema político. Nós nos deparamos com uma situação bastante grave, que é a do senador Aécio Neves falando dos dois milhões que teriam de ser entregue ao seu primo Fred. Esse recurso deveria ser entregue a alguém que, depois, ele poderia matar.

Trata-se de um senador da república fazendo conchavos com um ministro do Supremo, pedindo propina para a JBS e fazendo confabulações no sentido de matar pessoas que provavelmente o serviriam. Nós temos uma situação muito grave. Então, nós questionamos, mesmo. Porque, no meio de toda essa confusão que estamos vivendo, não encontramos um eleitor do senador Aécio Neves, que foi o candidato à Presidência da República na última eleição, que teve 51 milhões de votos. A presidenta Dilma teve 54 milhões de votos, e o senador Aécio teve 51 milhões de votos.

Agora, não se consegue encontrar um ser humano sequer que declare que tenha votado no Aécio na eleição de 2014, porque a situação do senador Aécio se complica a cada dia. A situação do nosso presidente ilegítimo Michel Temer se complica a cada segundo.

Hoje, o ministro Fachin, do Supremo Tribunal Federal, autorizou a Polícia Federal a fazer o interrogatório, a tomar depoimento do presidente da República, numa situação extremamente complicada. Porque o então ministro Serraglio é retirado do Ministério da Justiça, porque há um grande interesse em se colocar um ministro que tente obstruir a Justiça, que veja se consegue mudar todo o sistema hierárquico da Polícia Federal para que sejam barrados todos esses processos, que se amontoam, dia a dia, no Supremo Tribunal Federal.

Enquanto isso, o País amarga uma queda no Produto Interno Bruto, um aumento na inflação, o presidente do IBGE vem a público dizer que não é verdade que haja uma retomada do crescimento econômico do País.

Hoje, saiu na imprensa a informação de que a tal, entre aspas, "retomada econômica" é uma grande falácia. O desemprego já está batendo na casa dos 14 por cento. Toda a nossa economia está arrebentada, vivemos uma crise institucional, uma crise econômica, uma crise política. O presidente da República tem que buscar, a cada instante, situações para tentar obstruir a Justiça. Vivenciamos essa situação com muita tristeza, porque essa situação diz respeito ao povo brasileiro, diz respeito àqueles que estão perdendo seus programas sociais.

Nossos programas sociais estão interrompidos neste País. Não temos mais os programas funcionando. Minha Casa Minha Vida acabou, só tem para a classe média. O financiamento do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, que atendia as duas pontas da pobreza - aqueles que estavam no sistema de vulnerabilidade e aqueles que estavam na área rural e que produziam e tinham espaço no mercado para colocar seus produtos.

Acabou com programas educacionais importantes para que o povo brasileiro pudesse continuar se desenvolvendo e este País, crescendo. Vivemos o desespero do fim de todos esses programas; o desespero arrebatador de uma economia que desaba, de um País que era protagonista, discutia de igual para igual com os países do Primeiro Mundo. Foi um dos articuladores do Brics, e hoje o Brasil sequer é convidado para participar de atividades internacionais, porque o Brasil foi, é e tem sido rebaixado a cada dia.

Ontem, no Mercosul, teve uma discussão dos países da América Latina que participam do Mercosul. Os países votaram uma moção de repúdio ao golpe que aconteceu no Brasil, e que vem se estendendo dia a dia, fazendo com que, dia a dia, aprofundemos o lamaçal, a crise econômica, o desemprego e a corrupção.

Diante desse cenário terrível que vivemos temos uma população majoritariamente, de mais de 90%, pedindo a renúncia do presidente Michel Temer e Diretas Já.

Temos o direito de escolher, de forma livre e soberana, quem vai dirigir o país daqui para frente.

Não aceitamos mais esse presidente impostor, esse presidente do golpe, esse presidente ilegítimo, esse presidente corrupto.

Quero encerrar minha fala registrando que o juiz Sérgio Moro, o imparcial, aquele sujeito bacana de Curitiba, tem obstruído, sim, a Justiça. Ele, sim, tem obstruído a Justiça. Ele pediu a duas auditorias internacionais, à Pricewaterhouse e à KPMG, informações da atuação de Lula na Petrobras. A KPMG é a melhor auditoria que se pode pensar. Qual foi o resultado? A Pricewaterhouse analisou documentos e operações das Petrobras de 2012 a 2016 e a KPMG de 2006 a 2011. Sabem o que dizem os relatórios encaminhados ao juiz imparcial lá de Curitiba? Que não houve, por parte do presidente Lula, nenhuma ação ilegal dentro da Petrobras.

Agora queremos ver o que Sérgio Moro vai fazer com essas informações, já que ele tem obstruído todas as tentativas de defesa do presidente Lula. São juntados documentos falsos, e-mails fraudulentos, são juntadas provas construídas após o início desse processo, mas o juiz imparcial de Curitiba não permite que se faça a defesa do cliente.

Estamos vivendo um momento trágico, em que a Constituição Federal foi rasgada, em que o Código de Processo Penal foi rasgado por esse juiz que está à frente da Operação Lava Jato.

Nós queremos, sim, que quem cometeu crime responda por ele, mas queremos um julgamento correto, justo, não o julgamento colocado por esse juiz imparcial, Sérgio Moro.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, você que nos acompanha pela TV Assembleia SP, você que nos acompanha das galerias, venho aqui trazer meu repúdio pelo preconceito da Rede Globo de Televisão.

Acabou de passar na novela Malhação uma cena de um personagem representando o policial militar de São Paulo atuando em um fato que aconteceu na Vila Mariana que nós, policiais militares, reparamos.

Nós trabalhamos sempre orientando os nossos homens a respeitar as pessoas, a tratar com dignidade o cidadão, como se fosse ele próprio, e esta rede de televisão fez uma gravação que repudio e tenho certeza de que as nossas associações e a própria Polícia Militar vão repudiar.

Vejam o trecho da novela Malhação, reproduzido há pouco.

* * *
- É exibido o vídeo.
* * *

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o personagem chamou o cidadão de "negão". Chamou a japonesa de "japinha". São coisas que não são admitidas na Polícia Militar de São Paulo. Quando isso acontece trata-se de um desvio de conduta e, nós mesmos, da própria Corregedoria, tomamos providências. No meu comando, cheguei a enviar três cartas para a Rede Globo de Televisão, repudiando novelas, falas de âncoras e programas de TV.

Lamentável este fato que aconteceu agora na novela Malhação com uma personagem representando o policial militar de São Paulo, desta instituição bicentenária, que morre pelo cidadão de São Paulo e o defende. Fica aqui o nosso repúdio à Rede Globo de Televisão. Um desserviço, uma irresponsabilidade, de um órgão que teria a incumbência de levar a boa informação. Presta um desserviço quando coloca a população contra a sua Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir, tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo. (Ausente). Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (S. Exa. desiste da palavra). Tem a palavra o nobre deputado José Américo (S. Exa. desiste da palavra). Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Ausente).

Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

Há sobre a mesa emenda aglutinativa com número regimental de assinaturas dos Srs. Líderes. Esta Presidência, nos termos do Art. 175, § 1º, do Regimento Interno, consulta se os Líderes presentes concordam em dar conhecimento e colocar em votação a emenda aglutinativa. Os Srs. Líderes que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Havendo anuência das lideranças, deixo de ler a emenda, porque já é de conhecimento do plenário.

Há sobre a mesa requerimento de método para que a votação se proceda da seguinte forma:

Item 1 - Projeto de lei nº 875, de 2016, salvo emendas, emenda aglutinativa e substitutivos.

Item 2 - Emenda aglutinativa.

Item 3 - Emendas nºs 1, 2 e 3.

Item 4 - Substitutivos nºs 1 e 2.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Projeto de lei nº 875, de 2016, salvo emendas, emenda aglutinativa e substitutivos.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de saber qual é a emenda aglutinativa e quem a apresentou.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A emenda aglutinativa está aqui com o número regimental de assinaturas das Sras. e Srs. Deputados. Foi apresentada por vários líderes representados, entre eles o deputado Caio França.

Item 2 - Emenda aglutinativa.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Ficam prejudicados os itens 3 e 4.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por um minuto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Wellington Moura e suspende a sessão por um minuto.

Está suspensa a sessão.

* * *
- Suspensa às 19 horas e 18 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 19 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convocamos reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término dessa sessão, com a finalidade de apreciar a redação final ao Projeto de lei nº 875, de 2016, de autoria do Sr. Governador.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência desconvoca a Sessão Extraordinária, que havia sido convocada.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de agradecer a todas as lideranças da Assembleia Legislativa, e a compreensão de Vossas Excelências. É um projeto importante em que tive a honra de ser o seu relator, ainda na CCJ, e passou por todas as audiências públicas. Estive na última audiência pública há alguns meses, na Câmara de Registro, onde vamos legalizar e passar às pessoas que utilizam essas terras devolutas para o pequeno agricultor do Vale do Ribeira, e da região de Itapeva, a propriedade desses imóveis. O Iteps, órgão que está fazendo esse registro, contabiliza que aproximadamente oito mil famílias serão beneficiadas com esse projeto.

Por tanto, agradeço e cumprimento a todos os líderes que nos ajudaram na aprovação desse projeto, e também ao Iteps que redigiu o projeto. Na verdade, é um projeto que já teve lá atrás, em 2012, quando a Assembleia votou a favor da regularização do Pontal do Paranapanema e, sem dúvida, é um grande avanço na regularização fundiária. E, lembrando que estamos falando de pequenos agricultores, de pessoas que dependem da agricultura para a sua sobrevivência. Vamos dar condição para eles terem crédito, entre outras coisas.

Eram essas as palavras de agradecimento a todos os líderes que nos ajudaram na votação desse projeto. Muito obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero, rapidamente, cumprimentar o nobre deputado Caio França, a V. Exa. e a Casa toda. Essa é a democracia de verdade. Discute-se, não tem tapa, chute, ofensa, não tem nada. Mas, às vezes, saímos um pouco do trilho, e então dialogamos e colocamos o interesse do Estado acima de tudo. E esse projeto, que nós aprovamos, é extremamente importante, justo, e foi muito bem construído.

Eu não poderia, nesse momento, meu querido presidente, deixar de elogiar o nosso querido Iteps, que é um órgão que orgulha a São Paulo. Aliás, São Paulo pode se orgulhar da grande maioria dos seus órgãos do Poder Executivo, e o Iteps é um deles.

Parabéns a todos por esse entendimento que nós construímos, mais uma vez. E vamos em frente, se Deus quiser.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a presente sessão.

* * *
- Levantada-se a sessão às 19 horas e 23 minutos.
* * *

31 DE MAIO DE 2017 76ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA e ORLANDO BOLÇONE
Secretário: DELEGADO OLIM

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão. Saúda visita de estudantes da Escola Estadual Nide Zaim Cardoso, de Mairiporã, acompanhados pelo professor Daniel Teixeira Santos, a convite do deputado Celino Cardoso.

2 - PEDRO TOBIAS Discorre sobre empréstimos do BNDES a empresas envolvidas nas investigações da Lava Jato. Crítica PEC que aumenta o teto salarial de servidores públicos do estado de São Paulo.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA Convoca os Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Informa o cancelamento de sessões solenes: em 12/06, às 10 horas, em "Comemoração do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil"; e em 05/06, às 10 horas, que faria "Homenagem ao Programa Bom Prato".

4 - ORLANDO BOLÇONE Relata reunião com a direção da Univesp, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Informação, na qual foram apresentados os projetos da instituição para os próximos anos. Destaca a importância desta universidade para a Educação do estado de São Paulo.

5 - ORLANDO BOLÇONE Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA Repudia trecho de telenovela da Rede Globo, na qual foi exibida cena de supostos policiais cometendo crimes. Defende a categoria de policiais militares, afirmando que a TV presta um desserviço à população, exibindo tal conteúdo.

7 - EDSON GIRIBONI Elogia projeto de lei, em tramitação nesta Casa, que trata da regularização fundiária do Vale do Ribeira. Discorre sobre condições sociais e econômicas dos municípios da região.

8 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência.

9 - MARCOS MARTINS Informa ocorrência de audiência pública, promovida pela Frente Parlamentar em Defesa do lamspe, que discutirá melhorias do órgão. Destaca que a instituição é importante para o servidor estadual. Pede que o Governo do Estado contribua financeiramente com o sistema. Lembra morte de servidor do lamspe, em acidente de trabalho.

10 - CELSO NASCIMENTO Apoia críticas do deputado Coronel Telhada em relação a telenovela exibida pela Rede Globo, com cenas alusivas a policiais militares. Elogia o trabalho e a conduta da Polícia Militar de São Paulo.

11 - CELSO NASCIMENTO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 01/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata. Convido o Sr. Deputado Delegado Olim para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - DELEGADO OLIM - PP - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, por solicitação do deputado Celino Cardoso, nós estamos recebendo a visita dos alunos da Escola Estadual Professora Nide Zaim Cardoso, de Mairiporã. Professor Daniel Teixeira Santos, muito obrigado pela presença. Sejam todos bem vindos nesta Casa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, estão aqui presentes Coronel Telhada e Delegado Olim, essa é a bancada da bala.

Nunca vi essa aproximação da Polícia Militar com a Polícia Civil. Fora daqui temos guerra. Quem sabe vamos fazer as pazes aqui na Assembleia Legislativa.

Hoje saiu uma matéria no jornal "O Globo" dizendo que o BNDES emprestou para a Odebrecht, para a JBS e outras empresas, no período de 2008 a 2014, 716 bilhões. Como o governo não tinha todo esse dinheiro, tomou emprestado do mercado, com juros de 14,25 por cento, ao ano.

O BNDS então emprestou para essas empresas, "gente boa", JBS, Odebrecht e outras, com juros de 5 a 6 por cento, ao ano, imaginem que nós é que vamos pagar, durante 21 anos, o prejuízo de 184 bilhões. Será que cabem 184 bilhões neste plenário? Eu não sei se sabe tudo isso.

Isso é uma vergonha. Como dizia Boris Casoy: "Quem fez a delação premiada para a Justiça está vivendo em um apartamento em Nova Iorque que custa 100 milhões. Esse é o dinheiro suado do coitado povo brasileiro."

Volto ao assunto que me trouxe ontem a este plenário. As três universidades de São Paulo tiveram reajuste zero, porque não há dinheiro, porque houve má administração e aumento de despesas.

Está sendo proposto reajuste zero, e nós temos uma proposta de aumento do teto, que vai aumentar as despesas da universidade. Muitos estão me ligando e me xingando, porque eu sou contra.

Sou contra essa PEC sim. Não sou contra a categoria. Hoje veio aqui o secretário de Saúde. A situação da Saúde está tão caótica que, se não ocorrer suplementação, a partir de outubro alguns serviços de Saúde podem fechar.

Ainda assim existe uma proposta para aumentar o salário da elite? Alguns fiscais da Secretaria da Fazenda dizem na nossa cara: "se o governador não der, nós não vamos arrecadar".